

POLÍTICA PARA AS PRÁTICAS DE ENSINO: análise das práticas adotadas pelo UGB

Júlio César Sobral Pinto Dias¹

Elisa Ferreira Silva de Alcantara²

Conceição Aparecida Fernandes Lima Panizzi³

Gustavo de Paiva Silva⁴

Resumo

As políticas institucionais para as práticas de ensino constituem um eixo central na consolidação da qualidade acadêmica nas Instituições de Ensino Superior. Diante das transformações sociais, tecnológicas e epistemológicas contemporâneas, torna-se imprescindível que as IES estabeleçam diretrizes claras, sistemáticas e alinhadas às demandas formativas do século XXI. Este artigo tem como objetivo analisar as práticas de ensino definidas pelo UGB no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período 2026-2030, discutindo seus fundamentos teóricos, normativos e pedagógicos, bem como seus impactos na aprendizagem discente e na qualidade do ensino. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e análise documental. Conclui-se que uma gestão participativa, com políticas de ensino bem estruturadas favorecem a inovação pedagógica, a integração entre ensino, pesquisa e extensão e a consolidação de uma cultura institucional comprometida com a aprendizagem significativa e a responsabilidade social.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Práticas pedagógicas; Qualidade do ensino.

Abstract

Institutional policies for teaching practices constitute a central axis in consolidating academic quality in Higher Education Institutions. Given contemporary social, technological, and epistemological transformations, it is essential that HEIs establish clear, systematic guidelines aligned with the formative demands of the 21st century. This article aims to analyze the teaching practices defined by UGB in its Institutional Development Plan (PDI) for the period 2026-2030, discussing their theoretical, normative, and pedagogical foundations, as well as their impacts on student learning and teaching quality. The methodology adopted is qualitative in nature, based on bibliographic research and document analysis. It concludes that participatory management, with well-structured teaching policies, favors pedagogical innovation, the integration of teaching, research, and extension, and the

¹ Mestre em Gestão e Estratégia em Negócios (UFR-RJ), docente UGB-FERP.

² Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ), docente do UGB-FERP.

³ Mestre em Educação, Cultura e Comunicação (UERJ), docente do UGB-FERP.

⁴ Mestre em Engenharia Mecânica (UNITAU), docente do UGB-FERP

consolidation of an institutional culture committed to meaningful learning and social responsibility.

Keywords: Educational policies; Pedagogical practices; Quality of education.

Introdução

As Instituições de Ensino Superior (IES) desempenham papel estratégico no desenvolvimento social, científico e econômico de uma nação. Nesse contexto, as práticas de ensino assumem centralidade, uma vez que materializam, no cotidiano acadêmico, os princípios e objetivos institucionais. Para que tais práticas sejam coerentes, inovadoras e socialmente relevantes, é fundamental que estejam orientadas por políticas institucionais claras e sistematizadas.

A política para práticas de ensino constitui um conjunto de diretrizes, normas e ações que orientam o planejamento, a execução e a avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Elas dialogam com marcos legais, projetos pedagógicos institucionais e demandas sociais, buscando assegurar a qualidade acadêmica e a formação integral dos estudantes.

Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a construção e a implementação dessa política no âmbito do UGB.

Política para as Práticas de Ensino

As práticas de ensino ultrapassam a mera transmissão de conteúdos, envolvendo metodologias ativas, avaliação formativa, uso pedagógico de tecnologias e atenção à diversidade discente. Políticas institucionais consistentes incentivam a adoção de abordagens pedagógicas inovadoras, centradas no estudante e orientadas para o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes.

Os cursos do UGB têm em seus currículos atividades que envolvem teorias e práticas, dirigidas e supervisionadas, que levam a um alto nível de aprendizagem,

principalmente pela ênfase no ensinar e no aprender, na complexidade, que envolve todo o Projeto Pedagógico Institucional. Assim, as aulas estimulam o exercício do pensamento crítico, a aplicação dos conhecimentos para solucionar problemas na contextualização dos saberes tanto em suas práticas simuladas e/ou reais. Neste contexto, a articulação teoria e prática se materializa por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão.

Integração Ensino, Pesquisa e Extensão

A integração entre ensino, pesquisa e extensão é um princípio fundamental para a construção de uma educação de qualidade, crítica e socialmente comprometida. No campo educacional, essa articulação fortalece os processos formativos ao conectar teoria e prática, promovendo a reflexão sobre a realidade escolar e contribuindo para a transformação dos contextos educativos.

No âmbito do ensino, a articulação com a pesquisa possibilita que estudantes e docentes desenvolvam uma postura investigativa, essencial para a formação de educadores reflexivos. A pesquisa educacional permite analisar práticas pedagógicas, políticas públicas e processos de aprendizagem, favorecendo a construção de conhecimentos que fundamentam a melhoria da ação docente. Dessa forma, o ensino deixa de ser apenas transmissivo e passa a valorizar a produção do conhecimento e a problematização da realidade educacional.

A extensão, por sua vez, desempenha papel central ao aproximar as IES das escolas e das comunidades, promovendo o diálogo entre saberes acadêmicos e saberes populares. Projetos de extensão na área da educação possibilitam intervenções pedagógicas, formação continuada de professores e ações voltadas à inclusão, à diversidade e à equidade educacional. Essa interação contribui para uma educação mais democrática e socialmente referenciada.

Ao articular essas dimensões, a universidade contribui para a construção de práticas educativas mais críticas, inovadoras e comprometidas com a transformação social.

Ela baseia-se nos seguintes princípios:

- **Indissociabilidade:** ensino, pesquisa e extensão devem atuar de forma articulada, retroalimentando-se mutuamente.

- **Interdisciplinaridade:** incentivo à produção e difusão de saberes em diferentes áreas do conhecimento.
- **Compromisso Social:** promoção da transformação social, cultural, econômica e ambiental.
- **Inovação e Sustentabilidade:** estímulo a soluções criativas que dialoguem com os desafios da sociedade contemporânea.

Os **objetivos principais** da integração ensino, pesquisa e extensão são:

- Promover a integração efetiva entre as atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão.
- Estimular a formação integral do estudante, articulando competências técnicas, éticas e sociais.
- Fortalecer a produção científica e tecnológica vinculada às demandas sociais.
- Estabelecer parcerias com setores públicos, privados e comunitários, ampliando o impacto institucional.

Para a operacionalização da Integração, conforme figura 1, ações específicas são adotadas nas respectivas dimensões:

Figura 1. Integração Ensino, Pesquisa e Extensão



Fonte: UGB, 2025.

Ensino

- Currículos devem contemplar atividades articuladas à pesquisa e à extensão.
- Incentivo a metodologias ativas que valorizem a investigação e a prática social.
- Inclusão de disciplinas e projetos interdisciplinares que integrem saberes teóricos e aplicados.

Pesquisa

- Estímulo à iniciação científica desde os primeiros períodos da formação acadêmica.
- Desenvolvimento de linhas de pesquisa voltadas às demandas sociais, regionais e nacionais.
- Divulgação científica acessível à comunidade acadêmica e externa.

Extensão

- Projetos de extensão integrados às linhas de pesquisa e ao ensino.
- Foco em demandas sociais, culturais, tecnológicas e ambientais.
- Valorização da participação comunitária e da troca de saberes.

A articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão consolidam a missão institucional promovendo educação de qualidade, ciência transformadora e extensão socialmente relevante, de modo a formar cidadãos críticos e profissionais comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

Desse modo, as diretrizes pedagógicas institucionais orientam a adoção de formas variadas de atividades acadêmicas com o objetivo de mesclar, continuamente, a teoria com a prática, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão.

Dentro desse princípio, as atividades que se seguem oferecem oportunidades para o exercício acadêmico e profissional:

- Atividades Práticas Transversais de Aprendizagem (APTA)
- Projeto de Extensão à Comunidade (PEC)
- Monitoria
- Nivelamento
- Trabalho de Conclusão de Curso
- Aulas Práticas
- Prática Profissional e Estágio
- Encontro Acadêmico
- Atividades Complementares
- Projetos de Pesquisa
- Projetos de Extensão

Atividades Práticas Transversais de Aprendizagem (APTA)

Estas atividades foram planejadas para compor o perfil atualmente exigido do profissional capaz de adaptar-se a situações em constante mutação, de resolver problemas, de ser criativo, de trabalhar em equipe e de exercer sua responsabilidade pessoal, social e intelectual. Para tanto, deve sempre que possível articular o trabalho educativo com temáticas relevantes que atendam aos interesses do curso.

Trata-se de uma prática pedagógica que prevê uma forma flexível de aprendizagem, pautada no trabalho, ora individual, ora em equipe, despertando no aluno, pelo desafio da autoaprendizagem, a curiosidade e o estímulo à investigação, na busca de soluções para assuntos de seu interesse.

A atividade deve ser desenvolvida sobre um problema formulado dentro de uma temática interdisciplinar e transversal correlata ao curso como: atuação profissional, educação em direitos humanos, educação ambiental e educação das relações étnico-raciais.

As APTAS estão em consonância com as diretrizes curriculares, conforme demonstrado no quadro 1:

Quadro1. Conteúdo das APTAS

APTA	Conteúdos
APTA I	Conteúdo inerente a formação profissional e ética de cada curso na qual a disciplina está inserida.
APTA II	Educação Ambiental conforme a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002, onde, de modo transversal, processual e permanente tem orientado sua prática educativa, de forma integrada, com princípios éticos e de responsabilidade ambiental, incentivando a promoção e a transformação da comunidade acadêmica, tendo como eixo transversal a Educação Ambiental.
APTA III	Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, previstas pela Lei nº 11.645 de 10/03/2008 e pela Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004, que trata da Educação das Relações Étnico-raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes.
APTA IV	Tomando como referência o Parecer CNE/CP nº 8/2012 e a Resolução CP/CNE nº 1, de 30/05/2012, embasada pelo Parecer CP/CNE nº 8, de 06/03/2012, os Cursos do UGB contemplam em seu PPC as orientações e referências pedagógicas e acadêmicas para a educação em Direitos Humanos.

Fonte: UGB, 2025

A metodologia da problematização utilizada permite que os alunos possam desenvolver as seguintes competências (conteúdos, capacidades, habilidades, atitudes e valores) gerais:

- Capacidade para identificar, planejar e resolver problemas.
- Capacidade de abstração, análise e síntese.
- Capacidade de investigação.
- Capacidade de aprender a atualizar-se permanentemente.
- Capacidade de trabalho em equipe.
- Capacidade de tomar decisões.
- Capacidade de comunicação oral e escrita.
- Capacidade criativa.
- Conhecimentos sobre a área de estudo e a profissão.
- Habilidade para buscar, processar e analisar informação.
- Habilidades interpessoais.

Projeto de Extensão à Comunidade (PEC)

O Projeto de Extensão à Comunidade é um componente curricular obrigatório, que consta de uma atividade de intervenção social, envolvendo tanto o atendimento especializado, individual ou em grupo, para esclarecimento, aconselhamento, encaminhamento e tratamento, quanto o oferecimento de ensino direcionado a demandas sociais através da articulação curricular ou extracurricular entre teoria e prática dos cursos.

É um componente curricular presente em todos os cursos de graduação do UGB, em consonância com a adoção da extensão, como um princípio pedagógico e considerando a necessidade de prestar serviço para a comunidade.

Através do PEC o aluno se beneficia, por meio da sua aproximação com a realidade social, e a comunidade recebe o benefício do conhecimento aplicado com orientações, que se refletem na melhoria das suas condições de vida. Ademais, esse componente se configura pelo seu caráter interdisciplinar e, muitas vezes, multidisciplinar, conforme pode ser observado no quadro 2.

Quadro 2. Síntese da Organização Metodológica para o PEC

Projeto de Extensão à Comunidade –PEC		
Objetivos	Metodologia	Avaliação
➤ Relacionar teoria e prática numa abordagem interdisciplinar e com foco na responsabilidade social. ➤ Promover a ética e a participação social nos problemas e necessidades da comunidade local	✓ Elaboração de um projeto de intervenção social a partir da área atuação do curso e da necessidade da comunidade que será atendida. ✓ Execução do projeto ✓ Análise dos resultados	Elaboração de um portfólio com todas as fases do projeto e apresentação dos resultados para o professor responsável pelo componente curricular

Fonte: UGB/2025

Monitoria

A Monitoria tem por finalidade apoiar e ampliar as possibilidades de ensino na instituição. Os monitores são supervisionados pelo Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), com supervisão do professor responsável e do coordenador de curso.

São objetivos do Programa:

I – Em relação à Instituição:

- Estimular o desenvolvimento da vocação para o magistério nos alunos que apresentem excelência em seu rendimento escolar;
- Propiciar condições institucionais mais produtivas e competitivas na construção do saber;
- Possibilitar a cooperação entre os estudantes;
- Qualificar os melhores alunos, com vistas à continuidade da respectiva formação acadêmica, para o encaminhamento dos mesmos à programas de pós-graduação.

II – Em relação aos alunos:

- Assegurar aprendizagem e enfrentamento das dificuldades no processo de aquisição de conteúdo,
- Estimular a cooperação e parceria entre os discentes;
- Despertar vocações para o magistério e, no âmbito da disciplina na qual se vinculará, para o exercício de atividades auxiliares de ensino, pesquisa, pesquisa e extensão;
- Proporcionar a aprendizagem de técnicas e métodos de ensino, assim como, estimular o desenvolvimento do pensamento científico e da criatividade;

III – Em relação aos docentes:

- Acompanhar a aprendizagem dos alunos através dos monitores;
- Melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem;

Nivelamento

O nivelamento faz parte do planejamento anual da instituição, em harmonia com sua missão de oferecer um ensino de qualidade. Trata-se de um procedimento de estudo e uma atividade pedagógica de fundamental importância para a formação do aluno, especialmente quando se consideram as deficiências da educação básica. São essas deficiências que justificam seu propósito principal de oportunizar aos participantes uma revisão de conteúdos e proporcionar, por meio de explicações e de atividades, a apropriação de conhecimentos necessários ao bom desempenho acadêmico e à aquisição das competências próprias da profissão almejada.

O programa de nivelamento é desenvolvido após diagnóstico das fragilidades e deficiências apresentadas pelos alunos ingressantes. Contempla um conjunto coordenado de ações direcionadas para proporcionar ao aluno condições favoráveis para o desenvolvimento de sua vida acadêmica e pessoal, em suas várias vertentes, fortalecendo sua formação. Entre as ações de nivelamento utilizadas destacam-se:

- **Componentes curriculares de Nivelamento** como Português Instrumental (em todos os cursos) e Matemática Básica (em cursos de áreas exatas).
- **Cursos intensivos** como cursos de férias.
- **Oficinas temáticas** como produção textual, cálculo, métodos científicos etc.
- **Monitorias específicas** para apoio contínuo ao estudante.
- **Ambientes virtuais de aprendizagem** com atividades formativas adaptadas.

Direcionado ao atendimento do aluno, o nivelamento é aplicado em auxílio às atividades de ensino, iniciação à pesquisa, extensão, ação comunitária e produção científica, que são dimensões indispensáveis à vida acadêmica.

Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho de conclusão de curso é um diferencial de qualidade para a formação do aluno, pois proporciona aprofundamento em seus estudos, definição de metodologia de pesquisa, confecção de um texto autoral dentro das regras definidas no regulamento institucional. Permite ainda uma busca mais detida e refinada na sua área de formação. O principal objetivo do trabalho de conclusão de curso é viabilizar ao discente a possibilidade de aproximar teoria e prática por meio da pesquisa. Ele estimula a exploração, o aprofundamento da teoria apresentada em sala, e a produção de conhecimento. Tal prática aproxima o estudante do universo da pesquisa e produção acadêmica, despertando o interesse pela busca contínua do conhecimento.

O Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser apresentado em diferentes modalidades, de acordo com as peculiaridades de cada curso, a saber:

- Monografia;
- Artigo Científico;
- Relatórios Finais de Práticas Educativas;
- Relatório Final de Práticas de Pesquisa ou Produções Técnicas;
- Desenvolvimento de Técnicas, Metodologias e Equipamentos;
- Projeto Integrado;
- Projeto Final de Curso.

Se não houver impedimento nas Diretrizes Curriculares do Curso, a orientação é que seja elaborado um artigo, para que o aluno vá se acostumando com a produção acadêmica e envio do material para publicação, iniciando a construção do seu acervo acadêmico.

Aulas Práticas

As atividades/aulas de natureza prática se integram ao currículo de todos os cursos de diversas maneiras como por meio das metodologias ativas, da experimentação nas atividades de laboratório, das

simulações nas aulas, dos estudos de casos e diagnósticos, na resolução de situações-problemas articulada ao conteúdo abordado nas disciplinas e nos projetos de iniciação científica.

As atividades práticas são realizadas em sala de aula na articulação entre teoria e prática, nas saídas de campo, viagens técnicas, bem como no desenvolvimento de atividades específicas de pesquisa, extensão e prestação de serviços, devidamente previstas, documentadas e aprovadas.

Prática Profissional e Estágio

A prática profissional e o estágio constituem-se em momentos privilegiados da formação acadêmica, nos quais os estudantes têm a oportunidade de aplicar, em situações concretas, os conhecimentos adquiridos ao longo do curso. Trata-se de experiências que favorecem a integração entre teoria e prática, fortalecendo a construção de competências técnicas, éticas e sociais necessárias ao exercício profissional.

O estágio supervisionado foi instituído pela Lei 6494/77, atualmente é regulamentado pela Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e previsto no artigo 82º da LDB (Leis de Diretrizes e Bases). Tem a finalidade de proporcionar ao estudante a vivência, na prática, do seu aprendizado teórico, visando à preparação para o trabalho produtivo, aprendizado de competências próprias da atividade profissional, contextualização curricular e desenvolvimento do estudante para a vida pessoal e profissional.

No UGB o estágio supervisionado está contido na matriz curricular dos cursos que optaram pela oferta de estágio aos estudantes em razão do cumprimento das diretrizes curriculares nacionais ou por deliberação da coordenação do curso em comum acordo com o Colegiado de Curso e apoiado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE). Constitui uma prática pedagógica, valorizada pela Instituição, que corrobora para o desenvolvimento de habilidades profissionais, a partir de oportunidades nas quais os estudantes aplicam seus conhecimentos teóricos em

situações práticas, desenvolvendo competências profissionais inerentes ao projeto pedagógico do curso e ao perfil do egresso.

O UGB conta com uma Central de Estágio que busca ampliar o campo de

estágio para os alunos, oferecer orientações gerais, divulgar vagas, bem como assegurar o registro acadêmico do estágio realizado. Os estágios são supervisionados por professores com ampla vivência profissional. A carga horária do estágio está prevista na matriz curricular e no PPC, com regulamentação institucional específica. O estágio só pode ser realizado em organizações conveniadas, agentes de integração públicos e privados ou nos órgãos operacionais da própria instituição. Vale ressaltar que cada curso tem regulamento próprio de estágio descrito em seus Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

Além disso, o UGB dispõe de diversos núcleos e setores em seus campi, que oferecem oportunidades para estágios, extensão e pesquisa; como: Laboratórios Especializados; Laboratórios Multidisciplinares; Setor de Comunicação; Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ); Clínica Escola; Escritório Modelo de Arquitetura; Departamento de Tecnologia da Informação; Colégio de Aplicação; Departamento de Recursos Humanos...

Encontro Acadêmico

O Encontro Acadêmico é um evento anual de natureza interdisciplinar em que os projetos, as atividades e os temas de destaque, desenvolvidos no âmbito do curso, são apresentados para alunos, professores e convidados. O objetivo é promover reflexão e troca de conhecimentos dentro da área de estudo de cada graduação. O evento inclui atividades diversas como palestras, seminários, oficinas, exposições e outras. A organização do evento compete ao coordenador do curso em parceria com o colegiado e o corpo discente.

Atividades Complementares

As Atividades Complementares (AC) constituem práticas acadêmicas obrigatórias, para os estudantes dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Superior e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Tem o propósito de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional.

Elas possibilitam a flexibilização curricular a partir da criação de oportunidades para o enriquecimento do processo ensino-aprendizagem e estímulo à prática de estudos independentes. Além disso, permitem a ampliação dos conhecimentos e o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas além da sala de aula, estimulando a iniciativa e autonomia do estudante em formação, como agente e sujeito do seu processo formativo profissional junto à sociedade na qual atuará.

As AC proporcionam progressiva autonomia intelectual dos estudantes, ampliando a possibilidade de apropriação do aprendizado advindo das relações com o mundo do trabalho, sua diversidade e peculiaridade, em conformidade com seus objetivos pessoais e profissionais.

Constituem objetivos das Atividades Complementares:

- Expandir as áreas de abrangência e formação do estudante, para além da sala de aula;
- Flexibilizar o currículo acadêmico, alinhado aos interesses formativos e profissionais do discente;
- Oportunizar diversificadas formas de aprendizado e trocas de experiências em cenários diversos, a partir de atividades de cunho teórico ou prático, presencial ou a distância.

O UGB, reconhece a importância da transversalidade de ações pedagógicas, através da diversidade de ferramentas que promovem alternativas viáveis de compreensão do saber, e por isso, realiza e incentiva a participação dos alunos em diversas atividades complementares, destacando-se as seguintes:

- **Eventos Científicos:** Participação em seminários, congressos e afins;
- **Visitas Técnicas:** Visita às instituições, empresas e locais de interesse acadêmico na área do curso com roteiro de estudo e sob a orientação de um professor;
- **Eventos Sociais e Comunitários:** Participação orientada em eventos diversos com prestação de serviço;
- **Grupos de Estudos:** Grupos formados para discussão e

profundamento de temas sob a orientação de um professor;

- **Publicação de artigos:** Publicação de artigos, relatos e projetos em periódicos indexados;
- **Iniciação Científica:** Participação em projetos de iniciação científica sob a orientação de um professor;
- **Projetos de Extensão:** Participação em projetos de extensão sob a orientação de um professor.
- **Cursos de Férias:** Cursos de curta duração oferecidos no período de férias;
- **Cursos de Extensão:** Cursos de atualização, aperfeiçoamento e qualificação aberto a toda a comunidade.

Projetos de Pesquisa

Um projeto de pesquisa como prática de ensino é uma estratégia pedagógica que utiliza a investigação científica não apenas como forma de produção de conhecimento, mas também como recurso didático e formativo no processo de ensino-aprendizagem. Em vez de o estudante apenas receber conteúdos prontos, ele é colocado em contato direto com problemas, hipóteses, métodos e análise de resultados, desenvolvendo competências investigativas, críticas e reflexivas. Nesse sentido, o projeto de pesquisa funciona como instrumento metodológico de ensino, aproximando teoria e prática e tem como características principais:

- **Integração ensino-pesquisa:** o aluno aprende pesquisando, aplicando os conteúdos da disciplina em situações concretas.
- **Protagonismo estudantil:** estimula autonomia, criatividade e responsabilidade do estudante na construção do conhecimento.
- **Aprendizagem ativa:** desloca o foco da simples transmissão de informações para a investigação orientada.
- **Formação de competências:** desenvolve habilidades como análise crítica, sistematização de informações, argumentação científica e

- **Contextualização:** conecta o conteúdo curricular a problemas reais da comunidade, da profissão ou do campo científico.

Projetos de Extensão

O projeto de extensão como prática de ensino é uma atividade acadêmica que integra a instituição e sociedade, utilizando a vivência prática em comunidades, espaços ou contextos sociais como recurso formativo para os estudantes. Diferente de uma atividade puramente teórica em sala de aula, o projeto de extensão permite que o estudante aprenda na prática, aplicando conhecimentos do curso para responder a demandas reais da comunidade, ao mesmo tempo em que desenvolve competências profissionais, sociais e cidadãs, como: buscar soluções para problemas sociais, culturais, ambientais, tecnológicos ou de saúde; aplicar o conhecimento em situações concretas, com impacto direto fora da sala de aula; desenvolver a consciência social, ética e responsabilidade profissional; estimular o trabalho em equipe, a comunicação, a liderança, a empatia e resolução de problemas.

O UGB oferece extensão curricular na sua matriz de seus cursos e, também por meio de projetos extracurriculares. Os projetos de extensão desenvolvidos no âmbito institucional permitem integrar saberes acadêmicos e demandas sociais possibilitando a criação de projetos interdisciplinares, integração com a comunidade externa, protagonismo estudantil, inovação social, e fomento à cultura e à responsabilidade socioambiental.

Dessa forma, os projetos de extensão reafirmam o compromisso institucional com a formação integral do estudante e com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e participativa, consolidando a missão social da educação superior.

Formação e desenvolvimento docente

A qualidade das práticas de ensino está diretamente relacionada à formação inicial e continuada dos docentes. Políticas institucionais do UGB preveem programas permanentes de desenvolvimento docente, promovendo espaços de reflexão pedagógica, atualização didático-metodológica e valorização da carreira docente.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram analisadas produções acadêmicas sobre políticas educacionais, práticas pedagógicas e principalmente o PDI do UGB para o período 2026-2030. A abordagem qualitativa permitiu compreender os sentidos, princípios e implicações das políticas para as práticas de ensino.

Desafios e Perspectivas

A implementação de políticas para práticas de ensino enfrenta desafios como a resistência a mudanças, a sobrecarga de trabalho docente, a necessidade de infraestrutura adequada e a formação pedagógica contínua. Entretanto, quando construídas de forma participativa e alinhadas à realidade institucional, essas políticas contribuem para o fortalecimento da identidade acadêmica da IES e para a melhoria da qualidade do ensino superior.

Considerações Finais

A política institucional para as práticas de ensino constitui instrumento fundamental para orientar a ação pedagógica nas IES. Ao estabelecer princípios, diretrizes e estratégias claras, esta política promove a coerência entre o projeto institucional e o cotidiano acadêmico, fortalecendo a formação docente e a aprendizagem discente. No UGB a elaboração de uma política para as práticas de ensino, com direcionamento para a integração entre ensino, pesquisa e extensão facilitará a consolidação de um ensino superior de qualidade, socialmente referenciado e comprometido com a formação integral dos estudantes. É fundamental para sucesso da proposta a ampla divulgação desta política para o corpo docente do UGB, bem como sua capacitação.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 15 abr. 2004.

CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2026–2030**. Volta Redonda: FERP, 2025.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2015. DIAS SOBRINHO, José. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. Campinas: Autores Associados, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. *Docência no ensino superior*. São Paulo: Cortez, 2014.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas: Autores Associados, 2012.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014